

VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VOLUME 1



FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

PORTO, 1998

Cimbara, 5 de Janeiro de 2001
(A. Dilbon)

Veredas

Revista de publicação anual

Volume 1 – Dezembro de 1998

Director:

Helder Macedo

Director Adjunto:

Sebastião Pinho

Conselho Redactorial:

Aníbal Pinto de Castro, Axel Schönberger, Claudio Guillén, Fernando Gil, Francisco Bethencourt, Henry Thorau, J. Romero de Magalhães, Jorge Couto, Laura Padilha, Maria Alzira Seixo, Marie-Hélène Piwnick, Onésimo T. Almeida, Ria Lemaire. *Por inerência:* Ana Paula Ferreira, Benjamin Abdala Jr., Carlos Reis, Christopher Lund, Cleonice Berardinelli, Ettore Finazzi-Agrò, Helder Macedo, Isabel Pires de Lima, José Octávio Van-Dúnem, Regina Zilberman, Sebastião Pinho, T. F. Earle.

Redacção:

VEREDAS – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

Faculdade de Letras

P-3000-447 Coimbra Codex

Tel. (351-39) 701421; Fax (351-39) 705445; E.mail: ailpinho@cygnus.ci.uc.pt

Edição, administração, distribuição e assinaturas:

Fundação Eng. António de Almeida

Rua Tenente Valadim, 231/325

P-4100-479 Porto

Tel. (351-2) 6067418; Fax (351-2) 6004314; E.mail: fundacao@feaa.pt

Paginação: José Soares Pinto – Porto

Impressão e acabamento: Imprensa Portuguesa – Porto

Depósito Legal N.º 137737/99

ISSN 0874-5102

Revista integralmente patrocinada pela



FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

AS ACTIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS
TÊM O APOIO REGULAR DO INSTITUTO CAMÕES

ÍNDICE

HELDER MACEDO – Nota de Abertura.....	7
NUNO JÚDICE – O feixe mítico em “A bela e o monstro”.....	9
JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES – A sátira da mudança no teatro de de Gil Vicente: o peso da História e a leveza da Arte	17
PAULO FERNANDO DA MOTTA DE OLIVEIRA – Relações entre literatura e história em <i>Os Lusíadas</i>	35
BARBARA SPAGGIARI – Ecdótica e crítica das variantes.....	49
DULCE MARIA VIANA MINDLIN – José de Anchieta, um jesuíta exemplar ...	67
ROBERTO SCHWARZ – Discutindo com Alfredo Bosi.....	87
MARIA APARECIDA RIBEIRO – O maracujá e a paixão: variações de um tema literário	113
HELENA CARVALHÃO BUESCU – A casa e a encenação do mundo: “Os Fidalgos da Casa Mourisca” de Júlio Dinis.....	139
MARIA SARAIVA DE JESUS – Alguns estereótipos sobre a mulher na segunda metade do século XIX.....	149
LUÍS DE SOUSA REBELO – Eça e a Inglaterra.....	165
REGINA ZILBERMAN – <i>Memórias póstumas de Brás Cubas</i> : diálogos com a tradição literária.....	179
MARISA CORRÊA SILVA – Conceição e Shahrazad: a sedução em dois con- textos.....	195

MARIA LÚCIA DAL FARRA – A dor de existir em Florbela Espanca.....	211
CLEONICE BERARDINELLI – O ensaísta Nemésio.....	227
LAURA CAVALCANTE PADILHA – Por terras de África com Helder Macedo e Mia Couto.....	243
RITA MARNOTO – <i>Lisboa. Livro de bordo. Cúmplices de vozes, olhares e memorações</i>	261
TANIA FRANCO CARVALHAL – <i>Todos os nomes</i> , de José Saramago: alegorias do labirinto	271
SILVIANO SANTIAGO – A bolha e a folha. Estrutura e inventário	279
GILDA SANTOS – Vasco Graça Moura e Jorge de Sena: um diálogo possível	293
MOEMA PARENTE AUGEL – Mistida e Kikia Matcho: uma leitura da Guiné-Bissau	303
MARIE-HÉLÈNE PIWNIK – Mário de Carvalho: crónica de um desfecho anunciado.....	317
ONÉSIMO TEOTÓNIO ALMEIDA – Duas décadas de literatura luso-americana: um balanço (1978-1998).....	327

NOTA DE ABERTURA

Tentar o impossível é por vezes o único modo de conseguir o necessário.

Desde há muito que vários de nós sentíamos a necessidade da criação de uma revista da Associação Internacional de Lusitanistas. Temos membros em cerca de trinta e cinco países de todo o mundo. Desses países, apenas sete são de língua portuguesa. A grande maioria dos países onde exercemos o nosso “lusitanismo” – termo que os fundadores da AIL desejaram neutro para significar os estudos das diversas culturas veiculadas pela língua portuguesa – insere-se no contexto de outras línguas e culturas. A realização de congressos trienais e a publicação das respectivas actas já permitia que alguns de nós nos conhecêssemos uns aos outros, que nos pudéssemos ouvir e ler, aprender uns com os outros. Mas claramente não era o bastante, não era só assim que se conseguiria criar o sentido de propósito comum, dentro da nossa ampla diversidade, de que uma revista como esta pode ser o instrumento necessário e o lugar de convergência que faltava.

Veredas não é, portanto, apenas mais uma revista, uma revista como as outras, melhores ou piores. Pelas suas características internacionais – pelos leitores e colaboradores plurinacionais a que se dirige e que visa publicar –, é uma revista única em língua portuguesa. Mas é também por isso mesmo que o projecto de uma tal revista corria o risco de não ser viável por não caber na política cultural de qualquer país ou instituição, de ser uma necessidade impossível de realizar.

O impossível que era necessário tentar foi agora conseguido graças, acima de tudo, à acção do actual Secretário-Geral da AIL, Professor Sebastião Tavares de Pinho, e à visão do Doutor Fernando Aguiar-Branco, Presidente da Fundação Engenheiro António de Almeida.

Assinalar a criação de *Veredas* é assim o mesmo que lhes prestar pública homenagem.

O resto, o futuro da revista, dependerá de todos nós.

A revista será publicada anualmente, em volumes de aproximadamente 350 páginas. Um volume duplo, cada três anos, consistirá de comunicações apresentadas no congresso imediatamente anterior. Tanto num caso como no noutro, os textos enviados para publicação ficam sujeitos à apreciação prévia de um conselho de leitura, de modo a garantir o necessário nível de qualidade. Sempre que possível, a revista procurará assegurar a publicação de uma percentagem significativa de textos de colegas com acesso mais difícil a outras revistas estabelecidas, seja por razão da sua juventude ou das circunstâncias das culturas nacionais em que trabalham. As comunicações a congressos que não forem seleccionadas para o volume duplo da revista serão, no entanto, publicadas em CD-Rom, juntamente com as outras, para que haja um registo permanente das contribuições de todos os membros da AIL que neles participaram.

Os dois primeiros volumes de *Veredas* foram organizados segundo critérios pragmáticos acertados entre mim e o Professor Sebastião Pinho e aprovados pelos outros membros da actual direcção da AIL. O mais importante, pareceu-nos, foi avançar tão cedo quanto possível com o projecto. As estruturas permanentes da revista serão, no entanto, discutidas e decididas, como cumpre, pela Assembleia Geral da nossa Associação na primeira oportunidade, que será o Sexto Congresso, a realizar-se no Rio de Janeiro de 8 a 13 de Agosto de 1999.

HELDER MACEDO

Relações entre literatura e história em *Os Lusíadas*

PAULO FERNANDO DA MOTTA DE OLIVEIRA

Brasil, Universidade Federal de Minas Gerais

Da nossa intrínseca e gloriosa ficção,
Os Lusíadas são a ficção.¹

Anda tudo tão triste em Portugal!
Que é dos sonhos de glória e d'ambição?
Quantas flores do nosso laranjal
Eu irei ver caídas pelo chão!²

Os Lusíadas realizaram um desejo que já existia há mais de uma geração quando esse livro foi publicado: o de imortalizar os feitos portugueses no Oriente através de uma epopéia. Mas, se nessa obra “Camões celebra o feito por excelência representativo dos Descobrimentos Portugueses, no limiar da Idade Moderna: a viagem marítima de Vasco da Gama, de Lisboa a Calecut, (...) viagem que abriu o Atlântico ao comércio com o Oriente através do Oceano Índico”³, não se limita a essa **celebração**. De fato, tendo por centro a viagem de Gama, Camões alarga a perspectiva e insere em sua obra toda a história de Portugal, desde Viriato até não apenas 1561 ou 1562 – última referência histórica que é **profetizada** por Tétis, como apontou Jorge de Sena⁴ –, mas, de fato,

¹ Lourenço, 1982, p. 22.

² Nobre, 1945, p. 114.

³ Martins, 1981, p. XVII.

⁴ Cf. Sena, 1980, p. 90, 102-103.

até o seu presente, tempo que aparece em vários dos excursos pessoais, e especialmente nas imprecisões que faz a D. Sebastião na dedicatória e no fim do canto X. Assim podemos considerar que, se aqui excluirmos o que António José Saraiva qualificou como **a comédia dos deuses**, e também parte do episódio da Ilha dos Amores, praticamente toda a epopéia está montada a partir de uma reelaboração da história de Portugal, através da transformação dessa história em poesia.

Ao trazer para a sua obra a história nacional, ao fazer dessa história uma das principais traves da mesma, Camões acaba por realizar um duplo afastamento. Não só se distancia de forma significativa das grandes epopéias que lhe serviam de modelo, as homéricas e a virgiliana, mas também assume uma perspectiva bastante distinta da presente em uma certa **literatura romanesca**, muito cultivada no Renascimento, da qual os principais expoentes eram Boiardo e Ariosto, contiuadores de um estilo que tinha na fantasia seu principal escopo. Essa distância entre a sua **história verdadeira** e as **fábulas** cantadas pelos outros autores, conjugada com a certeza de que mesmo **verdadeiros** os feitos que canta são superiores a tudo que já antes foi narrado, serão tópicos recorrentes ao longo de toda a epopéia camoniana. Já na dedicatória a D. Sebastião, assim o narrador se refere às obras de Ariosto e Boiardo:

Ouvi: que não vereis com vãs façanhas,
Fantásticas, fingidas, mentirosas,
Louvar os vossos, como nas estranhas
Musas, de engrandecer-se desejosas:
As verdadeiras vossas são tamanhas
Que excedem as sonhadas, fabulosas,
Que excedem Rodamonte e o vão Rugeiro
E Orlando, inda que fora verdadeiro. (I, 11)⁵

Em outro momento, quando Gama termina a narrativa da sua viagem para o rei de Melinde, o capitão português não se esquecerá de contrapor seus grandes feitos aos cantados pelas epopéias da Antiguidade:

Cantem, louvem e escrevam sempre extremos
Desses seus semideuses e encareçam,
(...)
Que, por muito e por muito que se afinem
Nestas fábulas vãs, tão bem sonhadas,
A verdade que eu conto, nua e pura,
Vence toda grandíloca escriptura! (V, 88-89)

⁵ Todas as citações de *Os Lusíadas* foram retiradas de Camões, 1980.

Estes dois trechos, escolhidos entre vários outros possíveis, apontam para o fato de que *Os Lusíadas* se estrutura no interior de uma tensão básica: por um lado Camões, fugindo de modelos antigos e modernos, pretende criar um **canto verdadeiro**, que retrate a vera história de seu país. Por outro, na medida em que pretende executar uma obra literária que se iguale a esses modelos, ou mesmo os supere, tem de dispor desse material histórico de tal forma que ele possa, em sua construção, transformar-se em uma epopéia comparável às da antiguidade, e em uma leitura agradável semelhante às obras de Boiardo e Ariosto.

Assim, se pretendemos aqui analisar as relações entre história e literatura em *Os Lusíadas* temos, inicialmente, de verificar de que forma Camões conseguiu resolver essa tensão básica, que está na raiz da epopéia que criou, ou, em outros termos, como conseguiu transformar a história portuguesa em literatura tentando ser, ao mesmo tempo, fiel a essa história e aos cânones literários que tinha como modelo.

De início, devemos apontar que parte dessa transmutação é atingida através da grande unidade que possui a história de Portugal em *Os Lusíadas*. Toda essa história é interpretada “como luta incessante, e afinal vitoriosa, contra os mouros e contra a nobreza de Castela”⁶. Mas, se estes dois **inimigos** explicam muito da coesão presente na narrativa histórica dessa epopéia, eles não têm o mesmo estatuto. O papel opositor da **nobreza de Castela** está circunscrito basicamente ao período histórico da primeira dinastia e da consolidação da segunda, e é representado principalmente através de duas mulheres, D. Tereja e Leonor Teles, e pela narração da batalha de Aljubarrota. Já a luta contra os inimigos da fé cristã constituirá a principal chave interpretativa da história portuguesa, chave que já vem enunciada na proposição do poema, em que são intimamente vinculados a **Fé** e o **Império**:

E também as memória gloriosas
Daqueles reis que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando
(...)
Cantando espalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte (I, 2).

⁶ Bosi, 1993, p. 38.

Essa íntima associação entre **Fé** e **Império** interligará toda a narrativa histórica, estando também presente em vários dos excursos pessoais do poeta.

Como sabemos, ao assumir essa perspectiva Camões está, em parte, a dar eco a uma visão característica de vários escritores humanistas de sua época, que viam o “feito da expansão portuguesa no mundo (...) como epopéia e como cruzada”⁷. De fato a viagem de Vasco da Gama, centro da epopéia camoniana, é interpretada nessa obra como o auge de uma luta religiosa que se inicia com o primeiro rei português, Afonso Henriques – a quem apareceu, durante a batalha de Ourique, “na Cruz o Filho de Maria”(III, 45) –, luta que o épico espera que se prolongue no futuro, quando D. Sebastião realizar o “jugo e vitupério / Do torpe ismaelita cavaleiro, / Do turco oriental e do gentio”(I, 8). Essa linha interpretativa da história portuguesa acaba por transformar a própria origem das viagens marítimas em fruto dessa necessidade de vencer os **inimigos da fé**, como é explicitado na estância em que, falando de D. João I, Gama afirma:

Não sofre o peito forte, usado à guerra,
 Não ter imigo já a quem faça dano;
 E assi, não tendo a quem vencer na terra,
 Vai cometer as ondas do oceano.
 Este é o primeiro rei que se desterra
 Da pátria, por fazer que o africano
 Conheça, pelas armas, quanto excede
 A lei de Cristo à lei de Mafamede. (IV, 48)

Dessa forma, a perspectiva da história de Portugal como uma longa e incessante cruzada, acaba por dar à narrativa camoniana uma grande unidade, em que vários acontecimentos passados e mesmos futuros são vistos como momentos de uma luta mais ampla, que iniciada no continente europeu acaba por se espalhar por quase todo o mundo conhecido.

Essa perspectiva será reforçada pela narrativa da viagem de Gama, pois, em alguns momentos, esse personagem indicará que em sua navegação se associam os serviços ao rei de Portugal e ao Deus cristão. Em relação a esse aspecto é sintomático, por exemplo, que em Moçambique Gama afirme que “Dum Rei potente somos (...) / E por mandado seu buscando andamos / A terra oriental que o Indo rega” (I, 51-52), enquanto

⁷ Dias, 1981, p. 9.

que, logo após ser salvo da cilada em Mombaça, peça ajuda à Divina Providência, e afirme que “(...) só por teu serviço navegamos” (II, 32), exemplos que comprovam claramente que o serviço ao rei e o serviço à Deus são vistos como uma única e mesma missão.

Por fim, também a voz do poeta, nos vários excursos que faz, só virá a reforçar essa perspectiva geral. Assim, seja esperando o retorno da cruzada religiosa com D. Sebastião, seja exaltando os “cristãos atrevimentos” da “pequena casa lusitana” (VII, 14), em oposição à insanidade dos outros povos cristãos europeus que **cegos e sedentos** andam de seu próprio sangue, seja mesmo apontando a decadência presente como fruto, em parte, da perda da força que os portugueses antes demonstraram na defesa da lei de Cristo, em todos estes momentos a perspectiva que vincula de forma estrita a **Fé** e o **Império** aparecerá patente.

Podemos assim considerar que Camões resolve, em parte, o problema que acima apontamos, entre a fidelidade histórica e a observância dos cânones, ao adotar essa perspectiva. Se especialmente na *Odisséia* e na *Eneida*, epopéias em que a navegação ocupava um papel fundamental, tínhamos um herói que fornecia unidade a cada um dos poemas, herói que passando por várias e múltiplas provas, por sacrifícios e sofrimentos, acabava por chegar ao destino que lhe competia, podemos ver que Camões consegue, ao transformar toda a história de Portugal em uma **guerra santa**, dar uma unidade à sua obra, transformando os sofrimentos e batalhas individuais que narra em etapas de um processo mais amplo. Cada português se transforma, assim, em um dos executores de uma vontade coletiva maior, que tem por objetivo a transformação do mundo em um Império português e cristão, palavras que, no poema, praticamente se equivalem.

Mas esta união entre **Fé** e **Império** terá seus efeitos também, como poderemos notar, na importância dada aos vários episódios históricos narrados. Ou seja, se ela é fundamental para fornecer uma unidade ao **herói coletivo** que é construído no poema, também produzirá efeitos sobre o que é considerado como relevante ou não na história do país. Se aqui excluirmos a luta contra a nobreza de Castela e o episódio de Inês de Castro, podemos notar que os acontecimentos históricos mais desenvolvidos são justamente aqueles que se relacionam com essa **guerra santa**.

A narração feita por Gama ao rei de Melinde traz exemplos claros dessa postura. No canto III, enquanto à guerra de conquista do território são dedicadas inúmeras instâncias, só no reinado de Afonso Henriques 27 (III, 42-68; 77-82), e outras 8 em outros reinados (III, 85-90;

94-95), e enquanto a uma batalha sem um grande significado para a história do país, a de Salado, mas que representa simbolicamente a expulsão definitiva dos mouros da Península, são dedicadas outras 18 (III, 99-117), vários reinados são tratados com traços bastante rápidos, a que servem de exemplo as parcas 3 estâncias dedicadas a um rei da importância de D. Dinis (III, 96-98), ou as 6 a D. Fernando (III, 138-143), das quais, por sinal, quatro discorrem não propriamente sobre este rei, mas sobre a força do amor (III, 140-143). Esses, como outros reinados tratados de forma rápida, são justamente momentos em que a luta contra os inimigos da fé praticamente não está presente.

De forma similar, quando, no canto oitavo, Paulo da Gama fala sobre as figuras pintadas nas bandeiras, a luta contra os mouros será, novamente, um aspecto recorrente, aparecendo vinculada a praticamente todas as figuras, com raríssimas exceções, entre as quais temos Egas Moniz e os personagens relacionados com a batalha de Aljubarrota. Mas mesmo nesse segundo caso, em especial a forma como é caracterizada a ousadia de Nun'Álvares, "De Deus guiada só e de santa estrela" (VIII, 29), faz com que também Aljubarrota se transforme, por outros motivos, em uma **batalha santa**.

Assim, podemos verificar que a perspectiva ideológica adotada, em que se conciliam a fé e o poderio português, não só dá uma unidade à narrativa histórica, mas também produz seus efeitos na própria forma como a história de Portugal é construída em *Os Lusíadas*. Os acontecimentos históricos que não podem ser lidos através dessa chave, com raríssimas exceções de que já falaremos, acabam por ser relegados para um plano secundário, seja por nem serem referidos, seja por o serem de forma extremamente concisa, em oposição a outros, que, como apontamos, são bastante desenvolvidos.

É justamente, porém, nos acontecimentos históricos que, em *Os Lusíadas*, possuem relevo sem que possam ser vinculados a essa perspectiva que poderemos perceber uma outra forma encontrada por Camões para resolver a tensão básica entre história e literatura: a de usar critérios literários seja para escolher determinados episódios da história do país, seja para construir a sua narrativa sobre outros, seja mesmo para criar episódios novos, dando um estatuto **histórico** a criações claramente ficcionais.

Em relação ao primeiro aspecto acima apontado, o melhor exemplo que encontramos no livro é o episódio de Inês de Castro. Ele assume,

por sua extensão, uma grande importância, já que lhe são dedicadas 19 estâncias (III, 118-136), enquanto que, como vimos, existem reinados que são narrados em duas ou três, e ao próprio reinado de D. Pedro, se dele excetuarmos a parte da vingança que faz contra os assassinos de sua amante, é dedicada apenas uma. Certamente o destaque dado a esse episódio não é fruto dos mesmos motivos que encontramos para os outros anteriormente citados, e devemos inclusive notar que ele, em si, não possui nenhuma importância para o futuro concreto do país. Aqui, como bem notou António José Saraiva, Camões “podia encontrar a réplica a certos temas d’*A Ilíada* e d’*A Odisseia* – a despedida de Heitor e Andrómaca ou os amores de Dido, para indicar exemplos”⁸. Ou seja, ao transformar Inês de Castro na grande heroína de *Os Lusíadas*, na única mulher importante com um papel positivo, Camões está fazendo uma **leitura literária** da história de Portugal, e escolhe esse episódio não por seu valor histórico, mas pelo papel que ele pode e precisa desempenhar em uma epopéia.

Também em episódios de inegável importância nacional, encontramos uma perspectiva que pode se assemelhar à citada acima. Como bem notou António José Saraiva:

No conjunto da história de Portugal, tal como a narram *Os Lusíadas*, Aljubarrota é a *batalha*, elemento estrutural das epopeias. Há outros episódios de guerra, mas narrados em traços sintéticos e panorâmicos (...). E esta é também a batalha nacional por excelência, cujos limites não são meramente locais, mas vão do monte Artabro ao Guadiana⁹.

Esta transformação de Aljubarrota em **batalha nacional** e em **elemento estrutural** de *Os Lusíadas* é conseguido através de um processo, também assinalado por Saraiva, que é fruto do uso que Camões faz das fontes de que dispunha: ele utiliza muito mais de textos literários, principalmente de Virgílio, Homero e Ariosto, do que da narrativa de Fernão Lopes sobre Aljubarrota. Em vista disto, vários aspectos que individualizam esta batalha acabam por ser substituídos por certos lugares comuns, que caracterizam o discurso épico sobre este tipo de evento. Assim aqui, claramente, a veracidade histórica é sacrificada em nome da fidelidade literária.

⁸ Saraiva, 1961, p. 108.

⁹ Saraiva, 1961, p. 107.

Outra forma de alterar a história no que ela possui de factual, com claros objetivos literários, é a utilizada no episódio da tempestade enfrentada pela armada de Gama em *Os Lusíadas*. Epifânio da Silva Dias, baseado em Castanheda, considera esta tempestade como “pura ficção de Camões, que procurou desse modo dar interesse poético ao resto da viagem de Melinde a Calecut”¹⁰. De fato, como nota Saraiva, não se trata de **pura ficção**, mas da transposição, para esse momento, de uma tempestade que havia ocorrido em outro trecho da viagem¹¹. Mas, de qualquer forma, a referida transposição tem claros objetivos literários, pois não só traz um maior interesse para essa parte da viagem, mas também situa a tempestade, o mais significativo perigo enfrentado pela armada, justamente no momento em que ela está prestes a chegar nas Índias.

Por fim devemos notar que pelo menos em um momento, no episódio de Adamastor, temos uma criação ficcional que é inserida no interior do plano histórico. Com isto queremos dizer que em um momento em que o narrador é o próprio Gama, e em que os Deuses estão totalmente ausentes, ou seja, em um momento em que temos uma narração **que se pretende histórica**, aparece Adamastor, ocupando um espaço em que, verossimilmente, não deveria existir. Também aqui, como notou Bowra, são objetivos literários que presidem esta escolha: o tema do gigante brutal, que aterroriza os humanos, é recorrente na literatura romanesca¹², gigante que também simboliza a “oposição divina aos humanos que ultrapassam os limites marcados pelas divindades”¹³, tema este, como sabemos, com múltiplas manifestações na literatura clássica.

Por tudo o que dissemos podemos perceber que não é apenas a postura ideológica que associa a **Fé** com o **Império** que preside à escolha e construção da narrativa histórica em *Os Lusíadas*. Com ela se conjuga uma outra, que tenta recuperar dos acontecimentos históricos existentes as potencialidades literárias que eles possuem. Se a postura ideológica dá a unidade necessária a vários acontecimentos que sem ela não visariam o mesmo fim, não seriam manifestações particulares de uma ação coletiva que se desenvolve por toda a história do país, uma série de índices mostram que, na construção de sua epopéia, em vários momen-

¹⁰ Dias, 1972, II, p. 48.

¹¹ Cf. Saraiva, 1961, p. 99-100.

¹² Cf. Bowra, 1950, p. 139-142.

¹³ Saraiva, 1961, p. 115.

tos Camões teve de optar por certas escolhas ou deformações, para que pudesse adequar-se aos modelos que pretendia seguir e mesmo superar. Não nos parece, porém, que com isto a epopéia deixe de ser, em sua maior parte, verdadeira. Em seu conjunto ela segue com bastante fidelidade a história de Portugal, e as alterações que realiza são, como Saraiva notou em relação à viagem de Gama, “apenas [n]a ordem (...) e não [n]a substância dos acontecimentos”¹⁴.

E é justamente para manter essa verdade que, como bem notou António José Saraiva, é utilizada a **comédia dos deuses**. A análise de Saraiva sobre o papel da mitologia em *Os Lusíadas* já é bastante conhecida e comentada e, assim, não julgamos necessário referirmo-nos mais demoradamente a ela. Gostaríamos apenas de assinalar que julgamos que esse crítico extrapola um pouco a importância dos deuses ao considerar que eles são responsáveis pela unidade que é conseguida no conjunto da epopéia. Como pudemos verificar neste artigo, essa unidade é também fruto de outros fatores e, além disto, não nos parece pertinente considerar que os deuses acabem por unificar mesmo aqueles longos trechos narrativos em que estão ausentes. Se a comédia dos deuses é necessária, o é para que os vários acontecimentos da viagem de Vasco da Gama possam ter uma unidade de intriga que, sem ela, não poderiam possuir. Só através dessa estratégia é que foi possível a Camões ser fiel, em grande parte, aos verdadeiros acontecimentos dessa viagem e, ao mesmo tempo, transformá-los em literatura. Sem os deuses, certamente, seria muito difícil dar uma unidade de intriga a acontecimentos tão díspares como a batalha em Moçambique e a tempestade no Índico, que através desse artifício foram, em *Os Lusíadas*, unificados.

Se até aqui pudemos verificar como história e literatura se conciliam na narrativa elaborada em *Os Lusíadas*, encontramos nesta obra uma outra união, de diferente perspectiva, entre esses dois tópicos. Estamos aqui particularmente pensando na forma como nesse livro é utilizada uma tópica de grande tradição literária, a Idade de Ouro, através da qual é estruturada a história passada e futura de Portugal. Ao utilizar-se dessa tópica, como veremos, Camões extrapola o cunho literário que sua obra possui, e a transforma também em uma proposta de caminho possível para o futuro, em que a “apagada e vil tristeza” (X, 145) do presente possa ser superada.

¹⁴ Saraiva, 1961, p. 129.

Essa utilização já foi apontada por Helder Macedo, que indicou a visível influência da *Écloga IV* de Virgílio em *Os Lusíadas* de Camões. Macedo indica a presença de algumas correspondências fundamentais:

Virgílio profetiza [...] na *Écloga IV*, a reversão do processo de decadência da Idade de Ouro através de todas as actividades tradicionalmente associadas com a dura Idade de Ferro. E, tal como Camões iria fazer n'*Os Lusíadas*, transforma a matéria bélica da celebração épica no veículo que irá permitir reconquistar para o mundo a paz pastoril¹⁵.

Macedo mostra também, entre outros aspectos, que existe uma correspondência entre o *puer* virgiliano e o D. Sebastião presente na epopéia, “ambos pré-destinados a restaurar pelas armas a paz universal”¹⁶.

Devemos aqui acrescentar uma outra semelhança entre a *écloga* e a epopéia, não apontada por esse crítico. Em ambas as obras a voz poética espera poder, no futuro, gerar um canto a todos superior, canto que terá por matéria os novos acontecimentos que irão ocorrer. Como sabemos Virgílio afirma:

A última parte desta vida seja-me tão longa,
que para te dizer os feitos não me falte o alento!
O trácio Orfeu não poderá vencer-me nestes cantos,
nem Lino, ainda que a Orfeu a mãe Calíope socorra
e por seu turno a Lino dê assistência o belo Apolo,
Se competir comigo o próprio Pã, por juiz a Arcádia,
dar-se-á por vencido o próprio Pã, por juiz a Arcádia¹⁷.

Por seu turno, já em seu primeiro canto, quando conversa com D. Sebastião, Camões diz:

E, enquanto eu estes canto e a vós não posso,
Sublime rei, que não me atrevo a tanto,
Tomai as rédeas vós do reino vosso,
Dareis matéria a nunca ouvido canto. (I, 15)

¹⁵ Macedo, 1987, p. 121.

¹⁶ Macedo, 1987, p. 121.

¹⁷ Virgílio, 1982, p. 83: *O mihi tum longae maneat pars ultima uitae, / spiritus et quantum sat erit tua dicere facta! / Non me carminibus uincet nec Thracius Orpheus, / nec Linus huic mater quamuis atque huic pater adsit, / Orphei Calliopea, Lino formosus Apollo. / Pan etiam Arcadia mecum si iudice certet, / Pan etiam Arcadia dicat se iudice uictum.*

Trecho que ecoa com o final de *Os Lusíadas*, em que, em uma nova conversa com o rei, temos:

Para servir-vos, braço às armas feito,
Para cantar-vos, mente às musas dada;
Só me falece ser a vós aceito,
De quem virtude deve ser prezada.
Se me isto o Céu concede, e o vosso peito
Dina empresa tomar de ser cantada,
Como a pressaga mente vaticina,
Olhando a vossa inclinação divina.

(...) A minha já estimada e leda musa
Fico que em todo o mundo de vós cante,
De sorte que Alexandro em vós se veja,
Sem à dita de Aquiles ter enveja. (X, 155-156)

Nos dois poemas temos, assim, a esperança de que os **feitos futuros**, gerados pelo *puer* no primeiro e por D. Sebastião no segundo, permitirão que sejam construídos **futuros cantos** superiores a tudo que já foi antes inspirado pelas musas, cantos que ambos os poetas esperam, se viverem o bastante, poder realizar.

Como podemos notar, Camões acaba por incorporar em sua epopéia alguns conceitos básicos dessa égloga virgiliana. Temos em ambos a esperança de que a perdida Idade de Ouro seja recuperada, graças a um menino ou rei-menino, e que esta recuperação possa gerar um canto como nunca antes foi feito. Mas nessa incorporação camoniana existem certos fatores peculiares, que precisam ser analisados, através dos quais poderemos perceber que, além de ser uma obra literária, *Os Lusíadas* também pode ser considerado como uma tentativa de intervir no presente português e reverter uma tendência declinante que já então era patente, e que perpassa quase todos os excursos pessoais em que o poeta faz referências a seu presente¹⁸.

Como já foi notado, a égloga de Virgílio pode ter sido gerada pelo efeito eufórico que a paz de Brundísio causou em Roma, após um longo período de guerras intestinas. Assim, podemos supor que o otimismo presente na égloga – a esperança de uma retomada da Idade de Ouro –

¹⁸ Como sabemos, de todos os momentos em que Camões faz referências a seu presente, o único em que apresenta uma imagem assumidamente positiva de Portugal, desdoando nisso dos demais, é o que aparece no início do canto sétimo (VII, 1-14).

parte de um dado concreto e positivo da realidade que cercava o poeta. Bem outra é a relação de Camões com sua pátria. Como bem notou Eduardo Lourenço:

Quando Camões refaz o percurso simbólico de Portugal como de um herói colectivo, destinado pela Providência a abrir os oceanos e a levar a mensagem de Cristo ao Oriente, [...] a descoberta de Gama tem quase um século e o teatro da Índia, que ele frequentará como desterrado, é menos um tablado épico que uma imensa feira que se desfaz¹⁹.

Logo, esta epopéia foi escrita em um tempo em que Portugal apenas aparentemente se mantinha ainda glorioso. De fato, os sintomas da decadência de seu poderio já eram evidentes, como a própria voz narrativa de *Os Lusíadas* insistentemente afirma ao longo de toda a epopéia, tentando, com suas imprecações, reverter um “Destino que começava a dobrar a esquina da História escrita com o [...] nome [português]”²⁰.

Assim, a esperança de retorno, através do correto uso das armas, à perdida Idade de Ouro, é, no poema, também uma esperança de retomada do antigo poderio português sobre o mundo, e dos valores positivos de heroicidade e abnegação que permitiram, na visão camoniana, este poderio. Se Gama e seus tripulantes, como prêmio por sua coragem e ousadia, foram recebidos por Tétis na **Ilha dos Amores**, este *locus amœnus* criado por Vênus para endeusamento dos navegantes, o que Camões espera, na sua imprecação final a D. Sebastião, é que esse rei possa repetir no presente a conquista dessa Idade de Ouro já alcançada, por alguns bravos portugueses, no passado. Dessa forma existe no poema uma vinculação profunda entre a Idade de Ouro ressurgida na terra e o destino português neste mesmo mundo, e entre ambos estes acontecimentos e os futuros feitos de D. Sebastião.

Ao produzir essa íntima associação, e ao terminar a sua epopéia com uma exortação a D. Sebastião, como notou Helder Macedo, Camões “deixa o poema em aberto e entregue à História a sua conclusão”²¹. Dessa maneira podemos perceber uma outra forma como se associam história e literatura em *Os Lusíadas*: a tentativa de que esta obra seja não apenas, como vimos anteriormente, uma construção literária e uma

¹⁹ Lourenço, 1983, p. 104.

²⁰ Lourenço, 1983, p. 105.

²¹ Macedo, 1987, p. 122.

reflexão histórica sobre o passado de Portugal, mas também que essa própria reflexão, ao mostrar as vitórias do passado, possa servir de espelho para que os portugueses redescubram o correto uso das armas, e possam novamente, como os navegantes do passado, serem recebidos por Tétis na Ilha dos Amores. Se, no início de sua epopéia, Camões dirigindo-se a D. Sebastião havia dito que “Tétis todo o cerúleo senhorio / Tem pera vós por dote aparelhado” (I, 16), termina-a esperando que D. Sebastião aceite este dote, e possa levar todo o país para esta **Ilha dos Amores**, para esta nova Idade do Ouro que seria o domínio português e cristão sobre o mundo.

Pelo que vimos, podemos notar que Camões esperava que sua obra – mais que uma celebração das vitórias passadas, ou um lamento sobre o apequenado presente imerso na “apagada e vil tristeza” (X, 145) – fosse, de fato, o portal de uma nova era de grandeza. Ironicamente, porém, foi outro o destino que coube a *Os Lusíadas*: o de se transformar, como Oliveira Martins o qualificará cerca de 300 anos depois, em um dos epitáfios do Portugal que sucumbe em Alcácer Quibir²². “Miserável sorte! Estranha condição!” (IV, 104).

Referências Bibliográficas

- BOSI, Alfredo, “Vox populi vs. Epos Colonial: Um parêntese Camoniano”, *Dialética da Colonização*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 37-46.
- BOWRA, C. M., *Virgílio, Tasso, Camões e Milton*, Porto, Civilização, 1950.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1972.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, 5.^a ed., São Paulo, Cultrix, 1982.
- DIAS, Augusto Epifânio da Silva, “Notas e Comentários”, Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1972, 2.^o vol.
- DIAS, J. S. da Silva, *Camões no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação e Ciência, 1981.
- LOURENÇO, Eduardo, “Camões ou a nossa alma”, Vergílio Ferreira et alli, *Camões e a Identidade Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, p. 95-107.

²² Cf. Martins, s.d., II, p. 57.

- LOURENÇO, Eduardo, "Psicanálise mítica do destino português", *O Labirinto da Saudade*, 2.^a ed., Lisboa, Dom Quixote, 1982, p. 19-68.
- MACEDO, Helder, "Os Lusíadas: celebração épica como crítica pastoril", *Actas da V Reunião Internacional de Camonistas*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1987, p. 117-122.
- MARTINS, José V. de Pina, "O humanismo na obra de Camões", *Arquivos do Centro Cultural Português* 16 (Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981) XVII-XXIX.
- MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, Europa-América, s.d., 2 vol.
- NOBRE, António, *Despedidas*, 4.^a ed., Porto, Imprensa Moderna, 1945.
- SENA, Jorge de, *A Estrutura de "Os Lusíadas" e Outros Estudos Camonianos e de Poesia Peninsular do Século XVI*, 2.^a ed., Lisboa, Edições 70, 1980.
- VIRGÍLIO, "IV Bucólica", *Bucólicas*, São Paulo, Melhoramentos – Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 74-83. [Tradução e notas de Péricles Eugênio da Silva Ramos].